



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Gandolfo Conceição, Maria Inês; Sudbrack Olivier, Maria Fátima
Estudo Sociométrico de uma Instituição Alternativa para Crianças e Adolescentes em Situação de
Rua: Construindo uma Proposta Pedagógica
Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 17, núm. 2, 2004, pp. 277-286
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18817215>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Estudo Sociométrico de uma Instituição Alternativa para Crianças em Situação de Rua: Construindo uma Proposta Pedagógica

Maria Inês Gandolfo Conceição¹

Maria Fátima Olivier Sudbrack

Universidade de Brasília

Resumo

Trata-se de investigação sobre uma instituição de atendimento a adolescentes em situação de rua, escolhida para retirar da marginalidade. O objetivo foi identificar os principais elementos da instituição responsáveis pela fixação e visando oferecer subsídios para a construção de propostas pedagógicas de atendimento a meninos de rua. A metodologia consistiu na aplicação do teste sociométrico da instituição e em entrevistas individuais com seus membros. A análise dos dados foi feita na Teoria Sociométrica com contribuições da abordagem familiar sistêmica. Os aspectos relevantes para o trabalho com meninos de rua foram: a) escolha sociométrica como critério de seleção da clientela; b) afinidade e integração com a instituição; c) consonância entre a oferta da instituição e a demanda da clientela de “viverem em família”; d) presença de uma figura masculina positiva e forte de autoridade, identificada como “o pai”.

Palavras-chave: Crianças em situação de rua; estudo sociométrico; instituição.

Sociometric Study of an Alternative Institution for Street Children: Building a Pedagogical Proposal

Abstract

This is a research of an institution which provides assistance to homeless children which was chosen because of its attention and took them out of the marginality. The research aims at identifying the elements that are responsible for the adherence and maintenance of the clientele to the institution project. The data was compiled by means of sociometric test of the institution and by individual interviews with their members. The analysis of the data was based on the Sociometric Theory contributions. The relevant aspects for an effective work with homeless children were: a) selection criteria; b) affinity and integration among the directors of the institution; c) consonance between the offer of the institution and the children demand “to live in a family environment”; d) presence of a male figure with positive personality, identified as “the father”.

Keywords: Homeless children; sociometric study; institution.

Nos últimos tempos, a questão das crianças em situação de rua tem chamado a atenção não apenas de estudiosos no assunto, como também de diversos segmentos da sociedade civil, tendo em vista o quadro dramático relacionado a este fenômeno. Não há dúvida de que fatores de toda índole-econômicos, políticos, sociais, administrativos- contribuíram para gerar este quadro social de âmbito nacional. Uma leitura crítica sobre a situação infanto-juvenil do Brasil nas últimas décadas aponta para o fracasso na execução das políticas de atendimento ao menor, que redundou em um verdadeiro

problema diretamente associado ao processo de exclusão social no país. A população de meninos de rua tem ganhado uma notável visibilidade nos grandes meios de comunicação, apresentando grandes semelhanças com a gravidade do fenômeno de analfabetismo. As pesquisas mostraram que a maioria dos adolescentes era do sexo masculino, com idades entre 7 aos 17 anos, sendo predominante de pardos e negros e as famílias eram de baixa renda.

na rua e vice-versa. O autor considera a influência de cinco tipos de fatores: biológicos, familiares, relativos à rua, relativos ao espaço urbano e macroscópicos ou sócio-político-econômico. Em suma, o autor afirma que todos estes fatores são interdependentes e permitem diversas combinações, acelerando ou refreando a transformação da criança *na* rua em criança *de* rua.

A análise dos resultados de um estudo realizado por Alves (1992) com 128 meninos de rua de Goiânia indicou a conjugação de três ordens de fatores na “produção de menino de rua”: os sócio-econômicos, os familiares e os individuais. Tal estudo revelou que cerca de um quinto dos menores de rua nunca conviveu com o pai, sendo a imagem do mesmo a de uma pessoa despreparada e impotente para lidar com as dificuldades da vida e as responsabilidades frente à família; marcada por um distanciamento afetivo e se constituindo em um modelo de identificação inadequado para os filhos. Além disto, o estudo confirma que a desqualificação da figura paterna como modelo de identificação representa um fator de risco para a marginalidade.

Quanto às estratégias de sobrevivência, a literatura tem mostrado que algumas crianças de rua lançam mão de outros recursos, além do trabalho, para garantir seu sustento. São as denominadas atividades “marginais” e se dividem em dois grupos: as *infratoras* (furto, roubo, prostituição e tráfico de drogas) e as *não-infratoras* (mendicância, perambulância). Porém, apesar de o menino de rua ser freqüentemente associado à toxicodependência e à delinquência (Lucchini, 1988b), os dados da literatura (Rizzini & Rizzini, 1992) mostram que o número de menores envolvidos nestas “atividades marginais” é bastante inferior ao número de meninos de rua que não estão envolvidos nessas atividades e que constituem o grupo de menores trabalhadores. Lucchini (1988b) considera o uso de inalantes na população de meninos de rua do Brasil como parte integrante de seu estilo de vida. O autor acredita que o uso de droga nesta população pode estar ligado ao tema da identidade coletiva e pode ser uma condição para que a criança seja aceita pelo grupo. Seus estudos revelam que o

privação sensorial e afetiva dos cuidados resultam na perda do vínculo afetivo. descreveu os estigmas sofridos pelo indivíduo institucionalização que culminam na *despreparação* partir destas construções teóricas, surgiram em ambientes institucionais diversos comprometimentos psicológicos e sociais confinados em instituições. Diversos foram realizados sobre a institucionalização de adolescentes, sobretudo nos domínios da literatura (1985; Altoé, 1985, 1990, 1993; Blanques, 1986; Kominsky, 1991; Marin, 1988; Rizzini, 1992; Vilhena, 1989; Violante, 1989). governamentais para menores infratores (Lucchini, 1988; Gomide, 1990; Mendez, 1993; Sudbrack, 1994).

A prevalência da condição marginalizada vividos pelas crianças e jovens marginalizados exacerbados na experiência da institucionalização de menores infratores clientela, uma verdadeira “carreira de delinquência” os a toda sorte de riscos e violências não. Endossam esta afirmação as pesquisas realizadas (1982), Gomide (1990) e Arruda (1983). Em instituição - onde os níveis de degradação e ultrapassar os das ruas -, o sujeito está intrinsecamente criminoso e sempre culpado outra saída que não seja sua inserção na sociedade marginalidade (Queiroz, 1984).

A situação dos meninos de rua denunciada da década de 1980 passou a encontrar explicação principalmente por dois motivos: 1) recorrendo as crianças abandonadas não eram, na realidade, pois elas tinham família; e 2) constatação de que constituíam um número significativo, já que a população infantil enquadra-se na categoria de marginalidade. A revelação e a compreensão deste fenômeno levou a uma conscientização crescente da questão da sociedade que, a partir de um esforço in-

da clientela assistida pelas instituições. Resta, ainda, o maior desafio por parte das instituições diante desta nova perspectiva e, por sua parte, cabe à sociedade civil e ao Estado a tarefa peremptória de vigilância e observância do cumprimento da nova lei por parte das instituições. As críticas à institucionalização redundaram fatalmente no movimento de desinstitucionalização e na abolição da medida de internação indiscriminada de crianças e adolescentes, bem como na adoção de uma nova alternativa de acolhimento destes em meio aberto. Ainda que esta seja uma alternativa factível, permanece a questão: que modelo de atuação inspirará tal prática? E, ainda, que modelo de instituição realmente oferece as condições necessárias ao pleno desenvolvimento destas crianças, sem competir com suas famílias e sem estigmatizar a sua clientela? Necessário se faz um olhar sistêmico que considere os diferentes protagonistas que contribuem na construção de uma nova metodologia de trabalho que satisfaça a complexidade das situações.

O presente texto é um recorte de uma dissertação de mestrado inserida em um projeto mais amplo de estudo subsidiado pelo CNPq, sob o título: “Construindo Redes Sociais: Metodologia de Prevenção à Drogadicção de Adolescentes em Famílias de Baixa Renda do DF”. Trata-se do estudo sociométrico de uma instituição de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua que, pelas peculiaridades de sua atuação, foi aqui definida como alternativa, tendo sido escolhida para estudo pelo fato de atrair os meninos de rua, conseguindo retirá-los da marginalidade. O presente trabalho tem por objetivo identificar e caracterizar os principais elementos da referida instituição responsáveis pela fixação e adesão da clientela ao seu projeto com vistas a oferecer subsídios para a construção de propostas pedagógicas de atendimento a meninos de rua.

Constituem referenciais teóricos norteadores da pesquisa as teorias do funcionamento de grupos, no enfoque da teoria sociométrica de Moreno (Moreno, 1972), utilizando também contribuições da perspectiva da terapia familiar sistêmica.

Método

apresentava qualquer documento de registro formal na rede de instituições, execução de medidas sócio-educacionais nos espaços legitimados para a atuação do Governo do DF.

No período inicial de observação, constatar aspectos da metodologia de trabalho: a) dimensão participativa no estabelecimento a partir de discussão grupal; b) atribuição de autonomia aos seus membros; c) desenvolvimento na rotina e cotidiano da instituição; d) sistema de desempenho escolar; e) realização de refeições. Além das regras institucionais a partir de incentivo ao diálogo com os dirigentes para o ingresso e permanência na instituição, o vínculo com família de origem. Por este item apreendeu-se que, após o ingresso na instituição, o padre/dirigente realiza visitas à família de origem, a fim de obter seu consentimento para o ingresso e para avaliar as condições do lar, esclarecendo que sua proposta é de caráter familiar.

Destacou-se, dentre as características, a forma de ingresso à mesma que se dá em relação à relação desta com a clientela existente entre si. O primeiro aspecto observado foi a voluntária de um subgrupo dos meninos naquele lugar (a igreja) com aqueles que já estavam sendo que aí chegaram e se instalaram. Se basicamente quatro tipos de encaminhamentos pelos próprios adolescentes: 1) por familiares e responsáveis; 2) por comunidade local; e 3) encaminhados por governamentais. Pode-se considerar que a instituição deu-se predominantemente a partir da espontânea da comunidade ou da criação da instituição deve-se a

os relatos demonstraram dois tipos de percepções: ou se percebiam vistos como marginais, delinquentes, usuários de cola, meninos de rua ou como “filhos do padre”. Os que alegaram ser vistos de forma negativa atribuíram tal percepção à presença de membros que faziam uso de droga.

Tendo em vista a riqueza das interações observadas nesta instituição, elaborou-se a hipótese de que o êxito da mesma estaria centrado em um modelo de atendimento fundado no investimento sobre as relações afetivas entre seus membros, numa proposta de trabalho que valoriza o funcionamento grupal.

A partir desta hipótese inicial, ficou definido como objetivo da pesquisa: conhecer a dinâmica grupal vigente na instituição, identificando-se a configuração sociométrica do grupo.

As seguintes questões delimitam o objeto de estudo:

1. Como se configuram as relações entre os membros da instituição do ponto de vista de uma leitura da dinâmica grupal (sociométrica)?
2. Como se refletem os aspectos da configuração grupal na proposta pedagógica de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua desenvolvida por esta instituição?

Participantes

Constituem participantes do estudo a clientela da instituição e os membros da equipe de trabalho. A equipe era constituída de apenas dois dirigentes: um padre e uma médica da comunidade que trabalhavam voluntariamente. A clientela era composta por 20 crianças e adolescentes, sendo que 18 na faixa dos 11 aos 20 anos e apenas 2 participantes eram crianças de 5 e 6 anos de idade. Dos 20 participantes, 6 não estavam freqüentando regularmente a escola na época do estudo. Os 20 participantes - todos do sexo masculino - no momento da coleta de dados estavam residindo na instituição em estudo, situada na casa paroquial.

Como configuração familiar destas crianças e adolescentes predominavam as famílias pluricompostas, com irmãos de paternidades distintas. Ficou constatada, pelas entrevistas individuais com os participantes sobre suas famílias, a presença do alcoolismo dos pais ou responsáveis e de atos de violência física em todos os casos.

entrevistados individualmente - e a segunda dimensão - a dimensão grupal - consistiu na realização de

A opção pelo teste sociométrico justificou-se pelo mesmo revelar a “geografia psicológica do grupo” (Morris, 1980) - além de se coadunar com o enfoque da pesquisa que contempla os aspectos quantitativos e qualitativos das relações interpessoais do grupo (Morris, 1980).

A aplicação do teste ocorreu em uma sessão de aproximadamente 3 horas de duração e foi realizada em suas modalidades objetiva e perceptual, seguindo as seguintes etapas: a) escolha da atividade a ser realizada; b) escolha, que deve ser consensual pelos elementos do grupo; c) resposta de cada elemento do grupo a cada uma das escolhas de modalidade objetiva, que consistem em respostas hierárquicas - positivas, negativas ou neutras - que cada participante faz de cada membro do grupo; d) justificativas de cada uma das escolhas; e) respostas de cada elemento do grupo ao questionário de modalidade perceptual - o participante descreve como será escolhido pelos demais membros do grupo (positiva, negativa ou neutra) - e o porquê de cada escolha; f) realização dos sociogramas - que consistem em diagramas das congruências e incongruências entre as escolhas dos indivíduos - que devem ser repassados aos participantes para clarificação e ao confronto, garantindo “a validade da elaboração individual e grupal” (Gordon, 1980; Almeida, 1988, p. 42).

O critério unanimemente eleito pelos participantes para a escolha de membros do grupo com o qual se faria uma viagem.

Resultados e Discussão

Configuração sociométrica

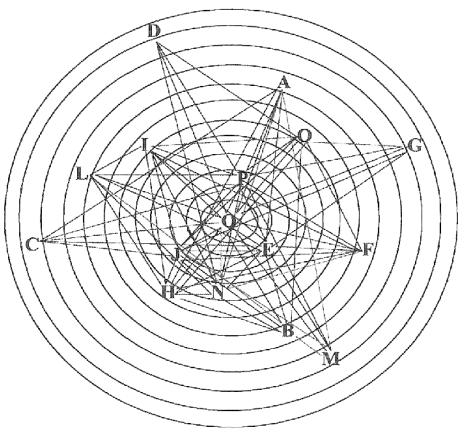
A configuração sociométrica do grupo foi caracterizada predominantemente por escolhas positivas (votadas) centradas principalmente na figura do coordenador (C) e da pessoa de apoio (P). Esta estrutura pareceu refletir a importância dada a essas figuras no contexto da instituição.

Tabela 1
Mutualidades (M), Incongruências (I), Índice de Percepção (IP), Índice de Emissão (IE) e Índice Télico (I

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N
M	7	8	5	4	13	8	5	10	9	12	7	6	11
I	8	7	10	11	2	7	10	5	6	3	8	9	4
IP%	60	53	67	80	53	40	47	33	-	47	47	33	53
IE%	36	36	43	36	64	28	43	64	-	64	28	50	57
IT%	48	44,5	55	58	58,5	34	45	48,5	-	55,5	37,5	41,5	55

Índice Télico Grupal: 53,3%

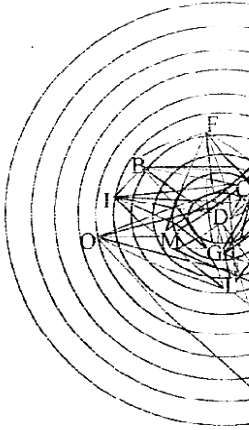
Sociograma de Mutualidades



Legenda:
Q - Padre Queiroz
P - Paula
E - Elvis
J - José
N - Nilo
H - Hélio
I - Ismael
O - Osmar
F - Fábio
B - Bruno
A - Artur
L - Lauro
M - Mauro
C - Carlos
G - Gabriel
D - Daniel

Figura 1. Sociograma de mutualidades.

Sociograma de Incongruências



Legenda:
D - Daniel
G - Gabriel
C - Carlos
M - Mauro
L - Lauro
A - Artur
B - Bruno
F - Fábio

Figura 2. Sociograma de incongruências.

nos depoimentos verbais dos garotos, o que reforça os achados do teste sociométrico. As formas como são construídas as normas de funcionamento da instituição nos remete, igualmente, a uma concepção de família: os dirigentes

participantes rumo à incorporação da cultura burguesa vigente, enquanto estratégia de sobrevivência na sociedade. Este aspecto do cotidiano da instituição em estudos mais recentes nos q

da cultura marginal, etc. Este adolescente comportou-se como receptáculo das tensões negativas do grupo, sugerindo projeções de conflitos entre seus membros. Neste sentido, os dois tipos de dados coletados (resultados do teste e relatos verbais) apresentaram resultados consonantes, sugerindo a exclusão deste membro do grupo porque o mesmo representava do estereótipo negativo do qual queriam se livrar.

Constata-se a repetição no contexto da instituição do mesmo padrão excludente existente na sociedade mais ampla no sentido de rechaçar os usuários de drogas, identificados com o padrão de conduta e de aparência marginal. Esta reflexão sobre a ressonância do comportamento do abuso de drogas na exclusão pelos próprios pares de condição social desfavorecida constitui objeto de pesquisas anteriores. Definimos *o processo de dupla exclusão* relativo ao rechaço no próprio contexto de origem, sofrido pelos jovens de contextos desfavorecidos quando se tornam dependentes de drogas. Neste sentido, entendemos que o consumo abusivo de drogas é, ao mesmo tempo, gerado pela exclusão e gerador de exclusão. Se, por um lado, consumir drogas relaciona-se às condições precárias de vida destas crianças e adolescentes em situação de rua, por outro, a dependência de drogas especialmente da *merla* e do *crack*, na realidade do Distrito Federal, são nítidos fatores de exclusão no contexto das próprias gangues de rua e das comunidades de baixa renda (Sudbrack, 1996).

A proposta pedagógica da instituição

Apesar de seu caráter filantrópico e voluntário e da falta de uma proposta pedagógica formalizada, a instituição revelou possuir uma linha de ação com princípios educativos e valores que a sustentam, sobre os quais discorreremos, a seguir.

A partir da análise das relações afetivas configuradas no convívio grupal dos membros da instituição, evidenciam-se quatro elementos que entendemos como eixos estruturantes da metodologia desenvolvida pela instituição em estudo, a saber:

partir do critério sociométrico. O autor acresce a construção de um verdadeiro “lar psicológico” (1980), a partir do aglutinamento das vertentes dos membros de uma comunidade. Esta é uma *praxis* da instituição que não pode ser despretendida sem conhecimento de que, de um modo geral, o atendimento a crianças e adolescentes não é por iniciativa dos mesmos, nem sobre bases científicas. Observa-se nas práticas institucionais vigentes a não considerar as redes sociais entre os usuários de drogas potencial positivo a ser resgatado na prática. Ao contrário, é mais freqüente que se privilegie os grupos, sendo a convivência com os pares considerada nociva e não como um recurso positivo. Este resultado deu origem e nos remete a uma discussão recentemente desenvolvido por uma das autoras (Sudbrack & Sudbrack, 1999; Sudbrack, 1996, 1998, 2000) sobre as redes sociais enquanto uma nova metodologia de intervenção à marginalização e à drogadição entre adolescentes de baixa renda, em situação de risco psicológico.

Precisamos reconhecer a importância da rede social que, freqüentemente, constitui a rede primária de apoio de crianças em situação de rua, em substituição à família. Um exemplo do que se constatou na instituição é que consideramos que a preservação das redes sociais é importante enquanto critério de seleção da clientela para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua.

b) O sistema educativo: a afinidade e a identificação com os dirigentes da instituição. Por seu turno, os dirigentes da instituição agruparam com base nas preferências de afinidade a relação à afinidade entre si mesmos, com a clientela da instituição. A consonância de valores que qual resulta a integração entre os dirigentes e a clientela, bem como a afinidade destes com seu público-alvo. Neste estudo, como elementos fundamentais da metodologia desenvolvida pela instituição em estudo, a saber:

a prestar atendimento - é isento de afetividade, reproduzindo a desigualdade e impossibilitando a construção de vínculos humanos (Kominsky, 1991). Portanto, este modelo de interação perpetua a condição de abandono das crianças institucionalizadas.

O estatuto sociométrico do grupo conferiu ao mesmo uma estrutura coesa, na medida em que ao líder (o dirigente da instituição) correspondeu o destaque enquanto estrela sociométrica. As instituições a cargo dos cuidados de crianças e adolescentes, com as características descritas pela literatura, provavelmente não concentrariam suas preferências em seu dirigente e dificilmente este seria a estrela sociométrica do grupo. Necessário se faz realizar novos estudos desta natureza que possam aprofundar e melhor delinear esta hipótese. Temos, no entanto, fatos concretos que constituem dados de realidade relativos à frequência de motins e fugas nas instituições de atendimento a esta clientela que falam por si só. A insubordinação da clientela de instituições totais aos comandos de seus dirigentes pode ser entendida como não-aceitação do papel em que estes se colocam para seus assistidos. A revolta é, portanto, endereçada ao papel de autoridade negativa assumida pelo dirigente, na medida em que este se coloca como “padrasto” e não como pai. Por sua vez, o papel negativo em que a clientela é colocada, a partir do estigma que lhe é atribuído, constitui elemento complementar que contribui para a formação de um circuito repetitivo de desqualificações entre os dirigentes e a clientela.

c) *Viver em família*: um projeto compartilhado pela instituição e pela clientela

Ficou constatado que a expectativa dos participantes, ao buscarem a instituição, era a possibilidade de viver em família. Considerando-se que todos os participantes tinham famílias de origem, esta busca coloca-se como uma alternativa ao modelo familiar originário. A ênfase dada ao papel do padre/dirigente no lugar do pai - tanto nas histórias de vivências na instituição, como nos resultados do teste sociométrico - e os relatos de vínculos conflitivos com o pai original nos levam à hipótese de que, em última instância, os participantes buscavam

sentimentos de culpa por estarem longe de casa. Destacamos aqui a importância da construção de lealdade à família de origem. A aceitação das crianças, em especial no que se refere à atitude da dirigente, de valorizar os vínculos dos meninos face aos seus vínculos anteriores, a aceitação de sua pessoa como um indivíduo complementar para eles. Neste sentido, os trabalhos anteriores apontados por nós não são prejudiciais para as crianças e adolescentes, mas sim desqualificação e da competição por atenção. Daí, pode-se supor que a intervenção terapêutica inspirada no modelo do resgate familiar, na instituição alternativa, pode ser estruturada de forma não prejudicial. Encontramos neste estudo que é possível um atendimento institucionalizado com uma postura positiva de família e que qualifique o papel do dirigente competente (Ausloos, 1995), dirigindo a atenção dos sujeitos.

Guirado (1986) afirma que o papel do dirigente de cuidado ocupar o papel de pai e mãe, representando as representações do cuidador. Por isso, o papel do dirigente é afetivo em que se coloca o cuidado como um cuidado de não-competição com as referências da família, o ideal na formação de qualquer indivíduo, sendo, coloca-se aqui a necessidade de uma equipe de agentes institucionais e familiares, de forma que ambos se complementem para oferecer uma estrutura afetiva com vínculos afetivos.

O presente estudo traz à luz a importância da efetividade desta “família/instituição” a sua proposta de não substituição ou em substituição ou, ainda, em complementaridade com a família de origem, mas em sua complementaridade com os vínculos afetivos com a família de origem dos adolescentes que acolhe e abriga.

d) *A busca do pai*: A presença

Ao assumir plenamente este *contra-papel*, o padre/dirigente, aceitando a função de pai, contribui no desempenho desejado do papel de filho de seus assistidos.

A demanda da busca do pai encontrada na presente pesquisa vem ao encontro de trabalhos anteriores, enquanto dimensão importante em adolescentes que se envolvem na prática de infrações (Sudbrack, 1987). Este processo denominado *da falta do pai à busca da lei* remete à compreensão do significado da passagem ao ato delinqüente no contexto familiar e institucional (Sudbrack, 1992).

No presente estudo, pudemos confrontar esta tendência de busca do pai ou de uma figura de autoridade entre meninos de rua, ainda no início de sua trajetória rumo à marginalização. O conflito evidenciado situa-se exatamente no confronto entre a necessidade de um pai e a condição real de suas histórias de vida em que seus progenitores aparecem como figuras desqualificadas e omissas no exercício da paternidade. Como respeitar a figura do pai quando esta está, invariavelmente, associada à degradação humana, ao vício e à violência?

A condição real de suas histórias de vida revela o pai como figura desqualificada e omissa no exercício da paternidade, como ilustram as situações de alguns participantes:

O pai de J. bebia muito e brigava com a mãe. Um dia, ela bateu um martelo na cabeça dele, pegou seus dois irmãos mais novos e viajou. Ele e o irmão mais velho ficaram com o pai e sempre apanhavam dele, que lhes batia com facão. “*Lá no assentamento é ruim pra caramba*” porque apanham do pai. Depois que vieram para cá, não voltaram mais ao assentamento. J. disse que não sente falta de casa. Gosta da mãe. Não sente falta do pai porque apanhava muito.

A. disse que sua família é “*escrota, não tinha nada, tudo era mal organizado, não tinha muita união, tinha muita briga*”, sempre brigou com os irmãos. A. “*tinha a mania de olhar muito revoltado para a cara da mãe*”. A. não conheceu seu pai. A mãe conta

família de origem opera no sujeito uma sua matriz de identidade, tendo em vista a originária, o papel de pai não configurava possível e/ou desejável de identificação.

O estudo aponta que os participantes no processo de resgate dos limites, normas e autoridade não encontrados em suas histórias de vida, o desejo se expressa, por uma demanda de convivência e de obediência, a uma autoridade ao dirigente da instituição, como poderíamos seguites vinhetas:

Para B. o Padre é um pai. “*Se existisse Deus, ele é o Padre. Não existe ninguém como o Padre quando pedem alguma coisa para o Padre e ele não se envergonha*”. Ele não, se o Padre puder dar, bem, se

A. contou que o Padre disse que os conselhos e perguntou porque eles não o chamavam e não tinham coragem. “*Quando muito, chamavam o Padre, uma família e os meninos são como irmãos*”. A. disse que entre os meninos de lá é legal. Quando um briga com o outro. Mas, lá também tem muita briga. A. disse que desse tanta liberdade, não teria briga.

O presente estudo corrobora com a literatura a constatação de que para grande parte dos meninos de rua a figura do pai é a de um pai ausente (Alves, 1992) - portanto, de um modelo de identificação.

Diante da constatação de que é exatamente a falta de autoridade masculina que os sujeitos em questão, entendemos que a figura do pai ou do dirigente situa-se na dimensão de estar ausente nos níveis da paternidade, no caso a *paternidade social* destas crianças e jovens. Por sua vez, esta ausência do pai/dirigente coloca-se em sãbia consonância com os sujeitos em busca de uma figura positiva

Conclusão

É evidente que a solução ideal para a questão dos meninos em situação de rua culminaria em seu retorno à convivência com seu núcleo familiar de modo harmonioso. Nas práticas institucionais esta perspectiva se confronta com as contradições não apenas dos modelos técnicos de atendimento, mas também, com a questão estrutural mais ampla que impede tanto os filhos como suas famílias como um todo de viverem a plena cidadania.

Por outro lado, questiona-se: de que valeria viabilizar a convivência dos meninos com suas famílias, se o modelo social e político vigente - construído sobre os alicerces sócio-econômicos marginalizantes - não oferece retaguardas para sair desta situação inicial que engendrou a atual condição? Como oferecer a possibilidade de reconstrução dos vínculos familiares se o que os remete à rua é justamente a falta de uma estrutura continente?

Os resultados desta pesquisa identificando elementos alicerces de uma proposta técnica de atendimento a meninos em situação de rua mostram-se consoantes às determinações sobre o funcionamento das instituições de atendimento a crianças e adolescentes do ECA. Entende-se que o estatuto apresenta bases legais para um trabalho com ênfase no papel paterno nas quais prevalecem também os limites e as normas mormente exercidas pela figura paterna. Neste sentido, Canotilho (1982) examina comparativamente os alicerces em que se constróem as leis que regem os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, concluindo que nos primeiros, a base constitucional delineada expõe um caráter paternal no sentido de que incentiva seus cidadãos a todo tipo de liberdade econômica, política e social. Já nestes últimos, as constituições retratam um modelo materno, na medida em que assumem um aspecto assistencialista, à base da convicção de que o quadro geral de precariedade impõe este tipo de conduta estatal.

Podemos relacionar os achados deste estudo com trabalhos anteriores (Sudbrack, 1987) no sentido de que continua

Para concluir, destacamos c e questões que permeiam a a situação de rua, alguns parâmet área já se fazem claros, destaco com este estudo: a importância familiar e da rede primária afetiva de novos modelos de referên padrões de relações afetivas e s

Referên

- Almeida, S. F. C. (1985). Formação e função dos programas de prevenção e de reed Brasil. *Psicologia Argumento*, 5, 29-44.
- Altoé, S. (1985). Os processos disciplina Cadernos US: O Menor em Debate, 11, 39.
- Altoé, S. (1990). *Infâncias perdidas: O cotidiano*. Xenon.
- Altoé, S. (1993). Do internato à prisão: C estabelecimentos de assistência à criança. *A criança no Brasil hoje: Desafio para o terce*. Universitária Santa Úrsula.
- Alves, A. J. (1992). Meninos de rua e menino Em A. Fausto & R. Cervini (Orgs.), *C Brasil urbano dos anos 80* (pp. 117-132). S CBIA.
- Arruda, R. S. V. (1983). *Pequenos bandidos*. S Ausloos, G. (1995). *La compétence des famille*.
- Baumgarten, S. (1992). *Função paradoxal da social*. Dissertação de Mestrado não-pu Psicologia Clínica, Universidade de Bra
- Blanques, A. M. (1988). *Eu não tenho nada pr morte simbólica ou história da experiência co* de Mestrado não-publicada, Curso de Universidade de São Paulo. São Paulo,
- Bowlby, J. (1981). *Cuidados maternos e saúde*.
- Canotilho, J. J. (1982). *Constituição dirigente e compreensão das normas constitucionais pro*.
- Carreiro, T. C. & Sudbrack, M. F. O. (1999) au Brésil. Em T. Ragi (Org.), *Agora Del* de la Jeunesse et de l'Education Popul
- Carvalho, E. R. S. (1987). *A estrutura social exploratório*. Dissertação de Mestrado n em Psicologia Clínica, Universidade de Dreyfus, C. (1980). *Psicoterapias de grupo*. Lis

- Lusk, M. W. & Mason, D. T. (1993). Meninos e meninas “de rua” no Rio de Janeiro. Em I. Rizzini (Org.), *A criança no Brasil hoje: Desafio para o terceiro milênio* (pp. 153-171). Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula.
- Marin, I. S. K. (1988). *FEBEM, família e identidade: O lugar do outro*. São Paulo: Babel Cultural.
- Mendez, E. G. (1993). Adolescentes infratores graves. Em I. Rizzini (Org.), *A criança no Brasil hoje: Desafio para o terceiro milênio* (pp. 231-248). Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula.
- Monteiro, A. M. (2002). *Sociometria diádica: Considerações teórico-práticas*. Tese de Doutorado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade de Brasília. Brasília, DF.
- Moreno, J. L. (1972). *Fundamentos de la sociometría*. Buenos Aires: Paidós.
- Queiroz, J. J. (1984). *O mundo do menor infrator*. São Paulo: Cortez.
- Rizzini, I. (1985). A internação de crianças em estabelecimentos de menores: Alternativas ou incentivo ao abandono. *Espaço Cadernos de Cultura USU: O Menor em Debate*, 11, 17-38.
- Rizzini, I. & Rizzini, I. (1992). “Menores” institucionalizados e meninos de rua: Os grandes temas de pesquisa das décadas de 80. Em A. Fausto & R. Cervini (Orgs.), *O trabalhador e a rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80* (pp. 69-89). São Paulo: Cortez, UNICEF, FLACSO, CBIA.
- Spitz, R. (1965). *O primeiro ano de vida: Um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Sudbrack, M. F. O. (1982). A trajetória da criança marginalizada rumo à delinquência. *Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul*, 9, 5-12.
- Sudbrack, M. F. O. (1987). *La dimension familiale dans la delinquance des jeunes: La fonction paternelle dans une lecture du passage à l'acte*. Tese de Doutorado em Psicologia não-publicada, Université de Paris XIII. Paris, França.

- Sudbrack, M. F. O. (1992). Da falta do pai à busca da lei: O ato delinqüente no contexto familiar e institucional. *Pesquisa, Suplemento*, 8, 447-457.
- Sudbrack, M. F. O. (1996). Construindo redes sociais: Menores, drogas e à marginalização de adolescentes de favelas. Em R. M. Macedo (Org.), *Família e Comunidade: Coletânea de Estudos*. São Paulo: FAPESP.
- Sudbrack, M. F. O. (1998). Situações de risco à drogadição em adolescentes no contexto de baixa renda: Os paradoxos e as possibilidades. *Revista SER Social*, 3, 219-243.
- Sudbrack, M. F. O. (2000). Abordagem comunitária: Um modelo de prevenção do uso indevido de drogas. Em M. F. O. Sudbrack & L. F. Costa (Orgs.), *Prevenção do uso indevido de drogas: Da teoria à prática*. São Paulo: CEAD-UnB e SENAD-SGI-Presidência da República.
- Vilhena, M. C. J. (1989). *Estudo de alguns aspectos do processo de institucionalização na FEBEM*. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.
- Violante, M. L. (1982). *O dilema do decente malandro*. São Paulo: FAPESP.

Sobre as autoras

Maria Inês Gandolfo Conceição é Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília. É Coordenadora do Laboratório de Família, Grupos e Comunidades-PCL/UnB. É Doutora em Psicologia.

Maria Fátima Olivier Sudbrack é Professora Titular de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília. É Coordenadora do Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas-PRODEQUI/PCL/UnB. É Doutora em Psicologia e Pós-doutora em Psicossociologia. É Pesquisadora do CNPq.